

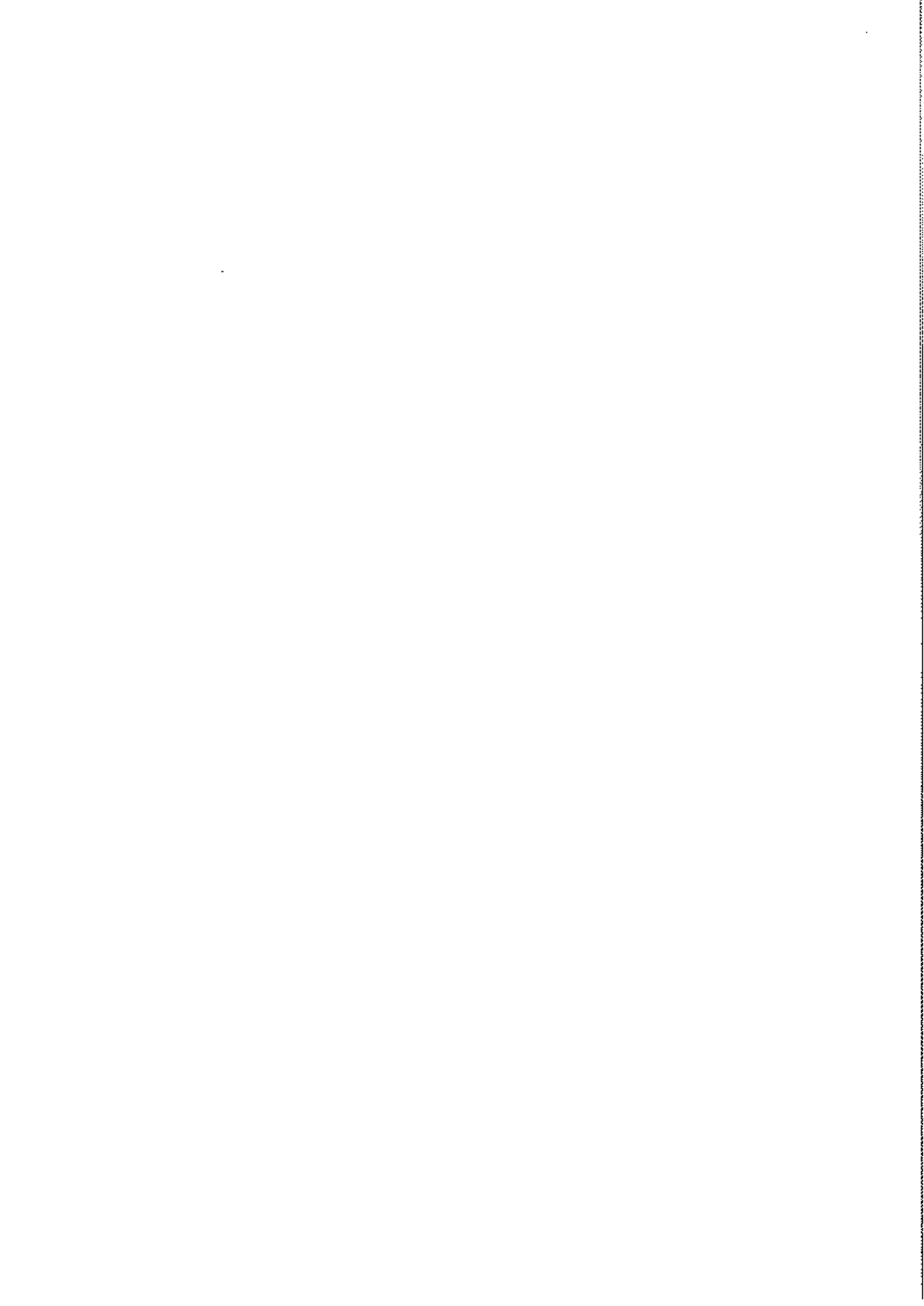
K. Carvalho
Handla
Conf.

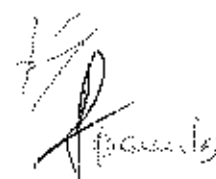
CENTRO SOCIAL
SANTA CRUZ DO DOURO

Anexo

Demonstrações Financeiras

2021

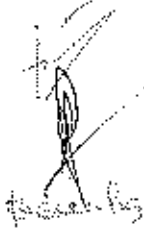




Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Ativos Fixos Tangíveis	13
5	Ativos Intangíveis	13
6	Custos de Empréstimos Obtidos	14
7	Inventários	14
8	Rédito	14
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
10	Benefícios dos empregados	16
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
12	Outras informações	17
12.1	Investimentos Financeiros	17
	* No exercício de 2021 a empresa Gestos Notáveis – Unipessoal, Lda. obteve um resultado líquido positivo, no entanto tendo prejuízos acumulados no montante de 16.320,88€, com a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial o valor do Investimento Financeiro é reduzido até à concorrência do seu saldo.	17
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17
12.3	Créditos a receber	17
12.4	Outros ativos correntes	18
12.5	Diferimentos	18
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	18
12.7	Fundos Patrimoniais	18
12.8	Fornecedores	19
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	19
12.10	Outros passivos correntes	19
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	19
12.12	Fornecimentos e serviços externos	20
12.13	Outros rendimentos	20
12.14	Outros gastos	20
12.15	Resultados Financeiros	20





12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	21
12.17 Acontecimentos após data de Balanço.....	21





Manuel
C.M.

1 Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL SANTA CRUZ DO DOURO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social" com estatutos publicados no Diário da República n.º 215, Série III, com sede em Rua Camilo Castelo Branco, nº 2652, Santa Cruz do Douro. A Associação tem como objetivos:

- Apoiar crianças e jovens;
- Apoiar a família;
- Apoiar a Integração social e comunitária;
- Proteger os cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promover e proteger a saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Promover a educação e a formação profissional dos cidadãos;
- Promover a resolução dos problemas habitacionais das populações;
- Formar praticantes e promover a inscrição de equipas e/ou praticantes em atividades federadas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da Informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão envlesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes. De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal. Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o foador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o Interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

Handwritten notes:
P. 12
P. 13
P. 14

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Terrenos e recursos naturais	16.167,40				16.167,40
Edifícios e outras construções	1.715.582,66			91.896,83	1.807.479,49
Equipamento Básico	377.248,43	14.875,04			392.123,47
Equipamento de Transporte	238.866,49				238.866,49
Equipamento Administrativo	38.348,17				38.348,17
Equipamento Informático	23.623,85	565,55			24.189,40
Ferramentas e utensílios	9.116,29				9.116,29
Ativo Tangível Bruto	2.418.953,29	15.440,59	0,00	91.896,83	2.526.290,71
Investimentos em curso	0,00	99.765,77	0,00	91.896,83	7.868,94
Investimentos em curso	0,00	99.765,77	0,00	91.896,83	7.868,94
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	357.635,62	38.470,72			396.106,34
Equipamento Básico	265.551,59	27.844,18			293.395,77
Equipamento de Transporte	201.234,94	23.401,33			224.636,27
Equipamento Administrativo	36.905,07	751,76			37.656,83
Equipamento Informático	21.886,72	986,44			22.873,16
Ferramentas e utensílios	9.116,29				9.116,29
Depreciações Acumuladas	892.330,23	91.454,43	0,00	0,00	983.784,66
Ativo Tangível Líquido	1.526.623,06	23.751,93	0,00	0,00	1.550.374,99

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Programas de computador	7.068,85				7.068,85
Ativo Intangível Bruto	7.068,85	0,00	0,00	0,00	7.068,85
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	7.068,85				7.068,85
Depreciações Acumuladas	7.068,85	0,00	0,00	0,00	7.068,85
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resumo
Assinado

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	150.000,00	426.911,83	576.911,83	150.000,00	345.893,74	495.893,74
Descobertos Bancários	656,60	0,00	656,60	27.476,60	0,00	27.476,60
Outros Financiadores	0,00	31.012,97	31.012,97	0,00	32.390,57	32.390,57
Total	150.656,60	457.924,80	608.581,40	177.476,60	378.284,31	555.760,91

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.426,57	99.574,45	0,00	4.279,81	91.709,72	0,00	3.326,17	
Total	3.426,57	99.574,45	0,00	4.279,81	91.709,72	0,00	3.326,17	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				98.721,21			92.663,36	

8 Réditos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços	385.966,92	395.938,67
Quotas de utilizadores	385.096,92	395.041,17
Quotas e Jolas	870,00	897,50
Outros	0,00	0,00
Outros Réditos	0,00	0,00
Total	385.966,92	395.938,67

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2021			31-12-2020		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	535.346,54	0,00	0,00	522.727,58
ISS, IP -- Medidas Apoio COVID-19	Não reembolsável	0,00	0,00	6.258,14	0,00	0,00	3.795,07
C M Baião	Não reembolsável	0,00	0,00	5.069,38	0,00	0,00	9.400,00
União Freguesias Sta. Cruz Douro e S. Tomé Covelas	Não reembolsável	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	1.000,00
Programa Adaptar Social	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.616,22
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	46.935,42	0,00	0,00	20.940,22
FSS - Fundo Socorro Social	Não reembolsável	0,00	0,00	141.996,03	0,00	0,00	0,00
PIODAC (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	323.044,46	0,00	11.036,95	334.081,41	0,00	11.036,95
IFAP/PRODER (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	171.977,15	0,00	3.987,84	175.464,99	0,00	3.987,84
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	175.122,54	0,00	3.941,86	149.306,76	0,00	3.028,89
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis - Viatura adaptada)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506,01
Fundo Socorro Social (Ativos Fixos Tangíveis - Viatura adaptada)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00
NORTE 2020 (Ativos Fixos Tangíveis - Requalificação quartos ERPJ)	Não reembolsável	393.768,88	0,00	8.047,95	347.848,48	0,00	580,72
TOTAL		1.069.413,03	0,00	769.120,11	1.006.701,64	0,00	585.969,50

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2021 e 2020 foram de "11". Durante o período de 2021 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2020/2023, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Daniela Cristina Monteiro Carvalho;

1º Secretário – Isabel Adriana Queirós Magalhães;

2º Secretário – Elisabete Coutinho Gomes.

Direção

Presidente – Artur Manuel da Silva Carvalho Borges;

Vice-Presidente – Hipólito Manuel Moreira da Costa;

Secretário – Maria Odete da Conceição Marques Pereira Cardoso;

Tesoureiro – Maria Emília da Rocha Teixeira;

Vogal – Igor Filipe Ribeiro Teixeira.

Conselho Fiscal

Presidente – António Cardoso Pereira de Melo;

1º Vogal – António Pinto Ribeiro Cardoso;

2º Vogal – Susana Maria Teixeira Pereira.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2021 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
3	Auxiliar Serviços Gerais	334
1	Professora ginástica	196

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 e em 2021 foram de "60".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	674.410,09	669.350,30
Indemnizações	596,67	2.092,00
Encargos sobre as Remunerações	145.245,20	141.162,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.764,27	7.852,90
Outros Gastos com o Pessoal	3.018,88	2.097,41
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	58.455,20	22.277,91
Total	888.490,31	844.832,98

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção Informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Outros investimentos financeiros		
Investimentos noutras Empresas		
Gestos Notáveis, Lda.	* 0,00	0,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	1.000,00	1.000,00
Fundo Compensação do Trabalho	8.340,05	6.562,37
Total	9.340,05	7.562,37

* No exercício de 2021 a empresa Gestos Notáveis – Unipessoal, Lda. obteve um resultado líquido positivo, no entanto tendo prejuízos acumulados no montante de 16.320,88€, com a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial o valor do Investimento Financeiro é reduzido até à concorrência do seu saldo.

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Quotas	585,00	570,00
Total	585,00	570,00

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	10.118,14	7.434,52
Total	10.118,14	7.434,52

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores	5.500,00	1.500,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	10.350,00	6.900,00
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	890,00	760,00
Entidades do Setor Público Administrativo - IEFP		
ISS, IP – dotação a receber	0,00	1.374,16
IEFP	9.372,99	13.563,39
POISE - FSE	22.624,31	22.624,31
NORTE 2020	20.119,88	110.115,11
Adaptar social +	0,00	4.616,22
Outros Devedores	800,00	400,00
Total	69.657,18	161.853,19

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.015,58	2.706,49
Total	2.015,58	2.706,49
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	7.240,38	8.149,01
POISE - FSE	17.700,92	17.700,92
Quotas 2022	15,00	0,00
Total	24.956,30	25.849,93

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	4.708,22	5.191,87
Depósitos à ordem	20.652,27	13.521,55
Total	25.360,49	18.713,42

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	-342.808,18	0,00	-212.152,86	-554.961,04
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.020.241,84	83.725,99	-27.014,60	1.076.953,23
Total	677.433,66	83.725,99	-239.167,46	521.992,19

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	280.682,92	185.016,94
Total	280.682,92	185.016,94

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13.701,30	26.245,25
Total	13.701,30	26.245,25
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.431,31	3.209,00
Segurança Social	51.703,62	70.364,38
Fundo Compensação do Trabalho	154,74	107,41
Total	55.289,67	73.680,79

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	83.660,15	0,00	79.049,37
Fornecedores de Investimentos	0,00	25.779,88	0,00	242.793,74
Fornecedores de Investimentos - Depósito Garantia	0,00	19.194,77	0,00	12.764,67
Credores por acréscimo de gastos	0,00	116.437,26	0,00	114.619,32
Entidades do Setor Público Administrativo - ISS, IP - reposição dotação	0,00	3.305,96	0,00	0,00
Outros credores	0,00	2.035,96	0,00	1.171,64
Total	0,00	250.413,98	0,00	450.398,74

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios das Entidades Públicas	736.105,51	561.579,09
Doações e heranças - Donativos	72.083,98	104.199,79
Total	808.189,49	665.778,88

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	7.861,25
Serviços especializados	72.351,39	73.016,92
Materials	17.041,28	14.393,17
Energia e fluidos	64.523,98	52.127,53
Deslocações, estadas e transportes	1.994,75	1.235,41
Serviços diversos	80.619,04	92.554,79
Encargos com utentes	15.279,81	17.958,68
Total	251.810,25	259.147,75

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos pronto pagamento obtidos	52,99	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	61.000,00	0,00
Outros	27.020,30	26.035,37
Total	88.073,29	26.035,37

12.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	1.373,85	709,75
Outros	1.614,36	1.497,90
Total	2.988,21	2.207,65

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12.260,70	10.600,30
Total	12.260,70	10.600,30
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-12.260,70	-10.600,30



12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2021, foi o seguinte:

Pré-escolar – 20 utentes;

ERPI – 40 utentes;

Centro de Dia – 3 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 50 utentes;

RSI – 140 famílias;

Cantina Social – 4 famílias.

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

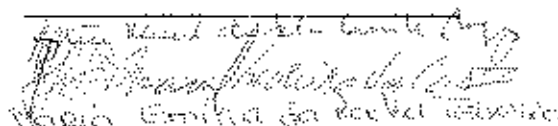
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Cruz do Douro, 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção



Santa Cruz do Douro, 31 de dezembro de 2021